

Texto 01: Ela venceu a corrida contra o preconceito

Antonio Carlos Prado
20 de abril de 2017

Há meio século, o número 261 entrou para a história na luta das mulheres pelos direitos civis nos EUA – e, conseqüentemente, em diversos países nos quais também se levantavam bandeiras a favor da isonomia social na questão de gênero. Era ele, o 261, que estava estampado no moletom de Kathrine Switzer, que ousara se inscrever e participar da famosa maratona de Boston. Para driblar o regulamento que proibia a presença feminina, Kathrine se inscreveu na prova usando apenas as iniciais K.V, inspiração que lhe veio ao lembrar-se que alguns escritores famosos assinavam seus livros dessa maneira (T. S. Eliot e J. D. Salinger, por exemplo). Dito e feito: o seu nome passou como sendo o de um homem, recebeu como número de inscrição o tal 261 e os fiscais só deram conta do equívoco com a competição já iniciada. O que se viu a seguir foi o mais lamentável preconceito, quando tentaram impedi-la, com tapas e empurrões, de continuar na corrida.

Na semana passada, outros tempos, outros conceitos – e bem melhor assim. Aos 70 anos de idade, Kathrine Switzer esteve novamente na maratona, foi aplaudida do começo ao fim como símbolo da luta contra toda e qualquer desigualdade (ela sempre teve uma visão bem mais ampla dessa questão de gênero, ao contrário da pregação estreita de muitas feministas nos dias atuais), e completou os 42.195 metros da prova em 4h44min31s. Detalhe: usou o mesmo 261 do passado.

Kathrine já disputou 39 maratonas, e em 1974 foi a grande vencedora da competição em Nova York. Em um artigo publicado pelo jornal “The New York Times”, ela escreveu: “Pouca gente imaginaria que a maratona feminina se tornaria uma das modalidades com maior glamour nas Olimpíadas”.

Adaptação de <http://istoe.com.br/ela-venceu-corrida-contra-o-preconceito/>, acesso em 26 de abril de 2017.

01) No texto acima, predominante a tipologia:

- (A) Narração, pois o autor conta um acontecimento, envolvendo o passado e o presente. Há uma personagem principal e os verbos, em sua maioria, estão no pretérito perfeito do modo indicativo.
- (B) Dissertação argumentativa, pois o autor desenvolve argumentação em torno do preconceito.

- (C) Descritivo em que o autor descreve uma cena, usando todos os verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- (D) Dissertação encaminhando para a polêmica, pois o autor discute a questão do preconceito e de gênero, mas não se posiciona nem a favor nem contra.
- (E) Dissertação expositiva, pois o autor expõe um acontecimento e os verbos estão no presente do indicativo.

02) É incorreto afirmar em relação ao texto que:

- (A) Kathrine Switzer usou apenas as iniciais para driblar o regulamento de uma competição nos EUA, há meio século.
- (B) Katherine participou da competição com o número 261 e repetiu a façanha em abril de 2017, em outras condições e com o mesmo número.
- (C) Kathrine Switzer não conseguiu derrubar o preconceito em torno da isonomia social de gênero, pois foi retirada da competição.
- (D) Katherine foi descoberta pelos fiscais e foi vítima de preconceito, sofrendo agressões: tapas e empurrões.
- (E) Apesar das manifestações de preconceito e dos tapas e empurrões, Katherine permaneceu até o final da competição.

03) As palavras sublinhadas, no fragmento abaixo, classificam-se quanto à classe de palavras, respectivamente, como:

“Na semana passada, outros tempos, outros conceitos – e bem melhor assim”.

- (A) numeral, substantivo, adjetivo.
- (B) substantivo, substantivo, advérbio.
- (C) artigo, substantivo, substantivo.
- (D) numeral, adjetivo, substantivo.
- (E) verbo, adjetivo, substantivo.

04) O verbo sublinhado, na oração abaixo, classifica-se quanto à regência verbal em:

“Kathrine já disputou 39 maratonas [...]”.

- (A) verbo de ligação.
- (B) verbo transitivo indireto.
- (C) verbo transitivo direto e indireto.
- (D) verbo intransitivo.
- (E) verbo transitivo direto.

05) A palavra SÉCULO é acentuada pela mesma razão que:

- (A) História.
- (B) Países.

- (C) Contrário.
- (D) Símbolo.
- (E) Já.

Entretenimento

Texto 02: Chris Evans chegou a recusar o papel de Capitão América

Por Da Redação
13 abr 2016, 09h04

Evans afirmou que estava aterrorizado com a ideia de atuar como o herói, principalmente devido ao contrato que lhe foi oferecido, o qual previa a atuação em vários filmes na pele do personagem. “Há partes de mim que têm um pouco de ansiedade social em relação a esta indústria. Quando você faz filmes um de cada vez, de repente você pode decidir que não quer mais fazer tantos e dar um passo para trás e ajustar suas energias. Mas, quando você tem um contrato gigantesco e não está se sentindo tão bem para atuar... Que pena, você tem que vestir o uniforme de novo. Isso é assustador”, disse.

Questionado sobre o motivo pelo qual acabou assinando o contrato, Evans disse que a Marvel voltou a oferecer o papel algumas vezes, as quais ele negou, até que percebeu que, na verdade, estava com medo. “Você não pode deixar de fazer coisas por medo. Isso acabou clareando na minha cabeça. O que quer que seja que você está com medo, se entregue a isso”, contou, antes de ouvir uma brincadeira do apresentador: “Então você é um herói na vida real também, é o que você está dizendo?”.

Vale lembrar que o Capitão América não é o primeiro personagem da Marvel vivido por Evans. O ator já havia atuado como o Tocha Humana nos filmes *Quarteto Fantástico* (2005) e *Quarteto Fantástico e o Surfista Prateado* (2007).

Adaptado de <http://veja.abril.com.br/entretenimento/chris-evans-chegou-a-recusar-o-papel-de-capitao-america/>, acesso em 26 de abril de 2017.

Para responder as questões de 06 a 10 considere o texto acima:

06) Pode-se entender a partir do texto que Chris Evans:

- (A) Faz o papel de Capitão América, produzido pela Marvel, mas também já atuou em outros filmes da companhia, no papel de o “Tocha Humana”.
- (B) Atua exclusivamente no papel de Capitão América e não aceita outros papéis.
- (C) Recusou-se a assinar novo contrato porque entendeu que seria confundido com o personagem

- na vida real, podendo ser confundido com o herói.
- (D) Não trabalha mais na Marvel e nem atua mais como Capitão América.
- (E) Ficou aterrorizado e não conseguiu superar o medo.

07) Assinale a alternativa mais completa em relação à preocupação de Chris Evans em relação ao contrato com a Marvel:

- (A) Medo de ficar marcado como o Capitão América e de ser confundido com ele na vida real.
- (B) Sua preocupação foi com o contrato que previa vários filmes e não um só, destacando uma indústria que impossibilita a interrupção do trabalho.
- (C) A preocupação com a indústria em torno do seu nome e do personagem.
- (D) O trabalho intenso que deveria realizar, sem poder descansar ou voltar atrás.
- (E) A preocupação com o tempo necessário para fazer tantos filmes.

08) A palavra ATERRORIZADO é formada por:

- (A) Hibridismo.
- (B) Composição por aglutinação.
- (C) Composição por justaposição.
- (D) Derivação parassintética.
- (E) Derivação imprópria.

09) A alternativa em que os tempos e modos verbais dos verbos sublinhados estão corretos, na ordem em que aparecem é:

“Evans afirmou que estava aterrorizado com a ideia de atuar como o herói [...]”.

- (A) Pretérito perfeito do modo indicativo, presente do modo subjuntivo.
- (B) Pretérito imperfeito do modo indicativo, futuro do modo subjuntivo.
- (C) Pretérito perfeito do modo indicativo, futuro do presente do indicativo.
- (D) Presente do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo.
- (E) Pretérito perfeito do modo indicativo, Pretérito imperfeito do modo indicativo.

10) A regência verbal do verbo sublinhado NÃO corresponde à classificação entre parênteses, na alternativa:

- (A) “Então você é um herói na vida real também [...]”. (verbo de ligação)
- (B) “Quando você faz filmes um de cada vez, de repente você pode decidir que não quer mais fazer tantos [...]”. (Verbo de ligação)
- (C) “Evans afirmou que estava aterrorizado com a ideia de atuar como o herói [...]”. (Verbo transitivo

direto)

(D) “[...] O Capitão América não é o primeiro personagem da Marvel vivido por Evans”. (verbo de ligação)

(E) “Há partes de mim que têm um pouco de ansiedade social em relação a esta indústria”. (verbo intransitivo)

11) Se uma senha é composta por quatro algarismos distintos (0;1;2;3;4;5;6;7;8;9), quanto tempo um ladrão leva para testar todas as senhas se ele leva 5 segundos para testar cada uma?

- (A) entre 8 e 10 minutos.
- (B) 5 horas.
- (C) 7 horas.
- (D) mais de um dia.
- (E) mais de uma semana.

12) Um estudante obtém as notas 60; 60 e 90 em testes, e 80 no exame final. Sabendo que cada teste corresponde a 20% e o exame final corresponde a 40% da nota final, a média deste estudante é de:

- (A) 68,5.
- (B) 74.
- (C) 78.
- (D) 70,8.
- (E) 80,5.

13) Um cruzador persegue um navio inimigo que se encontra a 30 milhas de distância. Sabendo-se que a velocidade do cruzador é o dobro da do navio, que distância deverá percorrer o cruzador para alcançar o navio:

- (A) 15 milhas.
- (B) 30 milhas.
- (C) 45 milhas.
- (D) 60 milhas.
- (E) 90 milhas.

14) Chamamos de meia-vida o tempo que um elemento radioativo leva para desintegrar metade de sua massa radioativa. Um determinado antibiótico apresenta meia-vida de 4 horas. Se uma pessoa tomou 60 mg desse medicamento, qual é a quantidade de antibiótico ainda presente no organismo após 12 horas de sua ingestão:

- (A) 7,5 mg.
- (B) 9 mg.
- (C) 12 mg.
- (D) 15 mg.
- (E) 20 mg.

15) A balança eletrônica do restaurante “GULLA”, quando vazia marca -0,450 Kg. Um cliente colocou seu prato com a refeição na balança e ela marcou 0,750 Kg. Se o prato tinha exatamente 0,450 kg e o preço por quilo de comida é de R\$ 15,00, quanto o cliente pagou pela refeição?

- (A) R\$ 9,75.
- (B) R\$ 10,25.
- (C) R\$ 10,75.
- (D) R\$ 11,25.
- (E) R\$ 11,75.

16) Do salário de Jéssica $\frac{4}{5}$ são para despesas fixas, do que sobra $\frac{1}{10}$ é para poupança e o restante para eventuais despesas do mês, se o salário de Jéssica é de R\$ 2.400,00 qual o valor reservado para as eventuais despesas?

- (A) R\$ 128,00.
- (B) R\$ 288,00.
- (C) R\$ 362,00.
- (D) R\$ 398,00.
- (E) R\$ 432,00.

17) Dada as frações $\frac{2}{3}$, $\frac{1}{5}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{1}{2}$, $\frac{4}{5}$ a que representa o maior valor é:

- (A) $\frac{2}{3}$.
- (B) $\frac{1}{5}$.
- (C) $\frac{3}{4}$.
- (D) $\frac{1}{2}$.
- (E) $\frac{4}{5}$.

18) A Cia Melhoramentos Norte do Paraná, que lançou os alicerces da cidade de Apucarana, está representada no Brasão oficial do município como:

- (A) A cor azul.
- (B) Uma coroa.
- (C) Galhos de café.
- (D) Um templo religioso.
- (E) Uma estrela vermelha.

19) Por ocasião da criação do município de Apucarana, atuava no Estado do Paraná como interventor no Regime do Estado Novo:

- (A) Mario Gomes da Silva.
- (B) Moysés Lupion.
- (C) Manoel Ribas.
- (D) Bento Munhoz da Rocha Netto.
- (E) Afonso Alves de Camargo.

20) Arquiteto e planejador urbano, foi prefeito de Curitiba por três mandatos e governador do Paraná por dois mandatos, destaca-se profissionalmente exercendo a atividade em que obteve formação acadêmica. Trata-se de:

- (A) Ney Braga.
- (B) Jaime Lerner.
- (C) Jayme Canet Júnior.
- (D) João Mansur.
- (E) Pedro Viriato Parigot de Souza.

21) A Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, possui na sua atual composição:

- (A) 49 deputados(as).
- (B) 57 deputados(as).
- (C) 51 deputados(as).
- (D) 54 deputados(as).
- (E) 63 deputados(as).

22) Instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”, e é regulamentado pelo Estatuto da Cidade, pelo Código Florestal e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Este instrumento é:

- (A) PPA – Plano Plurianual.
- (B) LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) LOA – Lei Orçamentária Anual.
- (D) Código Tributário Municipal.
- (E) Plano Diretor.

23) A proposta de Reforma da Previdência tem sido tema recorrente há algum tempo na maioria dos veículos de comunicação. Por tratar-se de uma Proposta de Emenda à Constituição, há necessidade de aprovação no Plenário da Câmara por pelo menos 3/5 dos deputados, equivalente a:

- (A) 308 votos.
- (B) 256 votos.
- (C) 411 votos.
- (D) 554 votos.
- (E) 81 votos.

24) Recentemente, conflitos entre índios e fazendeiros por disputa de terras, têm sido acirrados. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, é o órgão oficial indigenista do Estado brasileiro. Esta Fundação, a FUNAI, é vinculada:

- (A) Ao Ministério da Defesa.
- (B) Ao Ministério da Justiça.
- (C) Ao Ministério da Cultura.
- (D) Ao Ministério do Meio Ambiente.

(E) Ao Ministério dos Direitos Humanos.

25) A Lei Orgânica do Município de Apucarana trata sobre a Política Rural. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os serviços e as atividades essenciais ao desenvolvimento Rural serão executados pelo poder público municipal, sendo dispensada a cooperação técnica e financeira do Estado e da União.

(B) Qualquer obra pública ou privada, poderá ser executada sem que se levem em conta as normas técnicas necessárias para sua implantação e suficientemente que garantam a preservação do solo, meio ambiente e da cultura na zona rural do Município.

(C) É permitida a aplicação de produtos de alta toxicidade em qualquer propriedade agrícola do município, sem o acompanhamento de profissional habilitado.

(D) O município incentivará o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias que visem minimizar os impactos ambientais, no incremento da produção e no controle de doenças e pragas que afetem as culturas.

(E) É defeso ao município criar patrulhas mecanizadas para atendimento aos pequenos produtores, as quais serão gerenciadas com a participação dos beneficiários.

26) Ainda com relação a Lei Orgânica do Município de Apucarana, tem-se que a política habitacional do município, integrará à do Estado e à União, e objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes critérios e metas, exceto:

(A) Oferta de lotes impedidos de serem urbanizados.

(B) Estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação.

(C) Incentivos públicos municipais às empresas que se comprometam a assegurar moradia a, pelo menos 40 % (quarenta por cento) de seus empregados.

(D) Atendimento prioritário à família carente.

(E) Formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução.

27) A Lei Complementar nº 01/2011 (Estatuto dos Servidores Municipais de Apucarana), dispõe que ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, ou seja, trinta e seis meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observado os seguintes fatores, dentre eles:

- (A) Assiduidade, produtividade, inoperância e idoneidade moral.
- (B) Capacidade de iniciativa, impontualidade, disciplina e responsabilidade.
- (C) Ausência, idoneidade moral, capacidade de iniciativa e eficiência.
- (D) Improdutividade, assiduidade, disciplina e estagnação.
- (E) Assiduidade, produtividade, eficiência e idoneidade moral.

28) O Estatuto dos Servidores Municipais de Apucarana trata dos vencimentos e remuneração de seus servidores, sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar o seu valor aquisitivo, respeitada as disposições constitucionais.
- (B) Vencimento é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.
- (C) A soma das consignações não poderá exceder a 30% (trinta por cento) dos vencimentos, acrescidos das vantagens pecuniárias de caráter permanente, ou provento.
- (D) Mesmo sem autorização por escrito do servidor, poderá haver consignação de descontos em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, inclusive a favor de entidade de classe e sindical.
- (E) O servidor não deixará de perceber os vencimentos do cargo efetivo enquanto estiver investido em cargo de provimento em comissão.

29) No que diz respeito às LICENÇAS constantes do Estatuto dos Servidores Municipais de Apucarana, é CORRETO afirmar:

- (A) Será concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mesmo sem a comprovação por junta médica oficial e parecer da Assistência Social.
- (B) Ao servidor estável poderá ser concedida, a critério do Chefe de Poder respectivo, observada a conveniência administrativa, redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para frequentar curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado, nas áreas afins ao cargo exercido pelo servidor, pelo tempo necessário para frequentar as aulas em dia letivo.
- (C) Poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, licença para trato de assuntos

particulares, sem remuneração, pelo prazo de dois anos, com prorrogação em igual período, não se computando o tempo de licença para nenhum efeito.

- (D) É defeso ao servidor o direito à licença com remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.
- (E) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício de cargo efetivo, no Município, o servidor fará jus a 15 (quinze) dias de licença a título de prêmio, com percepção dos vencimentos do cargo e adicional por tempo de serviço.

30) O Tribunal de Contas do Paraná deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações. Assim, é CORRETO afirmar:

- (A) A denúncia poderá ser oferecida por qualquer cidadão, exceto partido político, associação ou sindicato.
- (B) A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, podendo inclusive ser denúncia anônima ou insubsistente.
- (C) A decisão do Tribunal que julgar procedente a denúncia determinará a intimação das autoridades responsáveis para as providências corretivas e punitivas inerentes ao procedimento.
- (D) É proibido ao Tribunal de Contas dar tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria, a fim de preservar direitos e garantias individuais.
- (E) É facultado ao denunciante fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.

31) A Lei nº 113/2005, dispõe sobre a “Comunicação dos Atos e da Contagem dos Prazos”, assim as citações e intimações ocorrerão, EXCETO:

- (A) Via postal, mediante carta registrada com aviso de recebimento.
- (B) Por meio eletrônico, assegurada a sua certificação digital.
- (C) Por despacho publicado nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas.
- (D) Por oficial de intimação, em casos excepcionais, conforme previsto no Regimento Interno.
- (E) Nos processos instaurados por iniciativa do interessado, a comunicação dos atos, desde o início, será feita via postal, mediante carta registrada com aviso de recebimento.

32) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. E, para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como:

(A) Empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

(B) Ente da Federação: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

(C) Receita corrente ilíquida: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

(D) Empresa estatal referente: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos.

(E) Empresa controlada: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.

33) A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre, EXCETO:

(A) Equilíbrio entre receitas e despesas.

(B) Critérios e forma de limitação de empenho.

(C) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

(D) Memória e metodologia de cálculo sem justificativas de resultados pretendidos.

(E) Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

34) No que tange a Lei de Introdução ao Código Civil, é CORRETO afirmar que:

(A) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso exclusivamente de acordo com a jurisprudência pacífica.

(B) Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles

tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

(C) A lei posterior não revoga a anterior mesmo que expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

(D) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a de qualquer domicílio conjugal.

(E) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão eficácia no Brasil, mesmo quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

35) A interrupção da prescrição torna o prazo até então transcorrido inútil, caso em que deverá ser reiniciada a contagem do lapso prescricional a partir do zero, desprezando-se o tempo anteriormente perpassado. Assim é CORRETO afirmar que são consideradas causas interruptivas da prescrição:

(A) O protesto judicial; o protesto cambial; a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; e qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do direito pelo devedor.

(B) O pedido do pagamento de indenização à seguradora até que o segurado tenha ciência da decisão.

(C) O desaparecimento de uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens.

(D) A obrigação de um cônjuge buscar a satisfação de sua pretensão contra o outro cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

(E) A incorporação às Forças Armadas, em tempo de guerra.

36) Os atos processuais são como qualquer ato ou situação que seja praticada dentro do processo capaz de criar, modificar ou extinguir direitos, sobre o tema é CORRETO afirmar:

(A) É proibido o uso da taquigrafia, da estenotipia ou de outro método idôneo em qualquer juízo ou tribunal.

(B) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão em dias corridos.

(C) Os atos processuais são públicos, todavia, os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união

estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, tramitam em segredo de justiça.

(D) Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público podem restituir os autos em qualquer prazo.

(E) Será expedida carta arbitral para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.

37) A petição inicial é o instrumento pelo qual o interessado invoca a atividade jurisdicional, fazendo surgir o processo, desta forma devem ser obedecidos requisitos e instruções. Assim, é CORRETO afirmar:

(A) A petição inicial indicará dentre eles: o juízo a que é dirigida, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, sendo dispensado indicar o valor da causa.

(B) A petição inicial poderá ou não ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

(C) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, e mesmo se aquele não cumprir a diligência terá sua petição deferida.

(D) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

(E) A petição inicial será indeferida quando for inepta.

38) O Estado brasileiro, constitucionalmente, é dividido em poderes, são eles:

(A) Cooperativo, legislativo e judiciário.

(B) Executivo, cooperativo, legislativo e judiciário.

(C) Legislativo, judiciário, moderador e cooperativo.

(D) Moderador, principado e cooperativo.

(E) Judiciário, executivo e legislativo.

39) São detentores do Poder de Polícia:

(A) somente os órgãos previstos no art. 144 (polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares) da Constituição Federal.

(B) os órgãos da administração federal e estadual.

(C) os órgãos da administração pública queerceiam direito individual em prol do coletivo.

(D) todos os órgãos da administração pública.

(E) somente os órgãos da administração municipal.

40) A Constituição Federal de 1988, seguindo os pressupostos da Declaração universal dos Direitos Humanos estabelece em seu art. 7º os direitos sociais, esses por sua vez são:

(A) Direitos referentes a intimidade do indivíduo e as sua garantias pelo Estado.

(B) Garante ao indivíduo condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, assegurando critérios de justiça distributiva os quais se realizam por meio de atuação estatal visando minimizar as desigualdades sociais.

(C) Garanta expressamente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País o exercício de todos os direitos e garantias fundamentais.

(D) Permitem ao indivíduo exercer sua cidadania, participando de forma ativa dos negócios políticos do Estado.

(E) Trata-se de uma espécie de direito coletivo, em que os sujeitos são sempre mais de um e determinados.

41) De conformidade com o previsto no texto constitucional, em relação aos servidores públicos, é CORRETO afirmar:

(A) O prazo de validade de um concurso público é de 2 anos.

(B) A remuneração dos servidores pode ser alterada por ato do Chefe do Poder executivo.

(C) As formas de acesso aos cargos empregos e funções públicas devem estar previstos em lei.

(D) O servidor público civil e militar é garantida a livre associação sindical.

(E) Não há teto de pagamento de vencimentos entre os poderes, visto que são independentes entre si.

42) Sobre o cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.

(B) Havendo pluralidade de exequentes, deverá ser apresentado um único demonstrativo de cálculo.

(C) A multa prevista no § 1º do art. 523 (dez por

cento) se aplica à Fazenda Pública.

(D) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, é facultado à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.

(E) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo, dentre eles, o nome completo e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente.

43) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário, para tanto, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Para efetivar o protesto, incumbe ao exequente apresentar certidão de teor da decisão.

(B) A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

(C) O executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do título protestado.

(D) Não se aplicam as disposições relativas ao cumprimento da sentença, provisório ou definitivo, e à liquidação, no que couber, às decisões que concederem tutela provisória.

(E) A requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.

44) Extingue-se a execução quando:

(A) No todo ou em parte, quando recebidos com efeito suspensivo os embargos à execução

(B) Se a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis

(C) Quando concedido o parcelamento

(D) Quando o executado não possuir bens penhoráveis

(E) Ocorrer a prescrição intercorrente

45) Sobre Recursos no Novo Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

(A) A eficácia da decisão recorrida não poderá ser suspensa por decisão do relator, mesmo que a imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

(B) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

(C) O recurso pode ser interposto apenas pela parte vencida e pelo terceiro prejudicado.

(D) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

(E) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

46) Com base no Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, desta forma, é CORRETO afirmar:

(A) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

(B) A tutela de urgência pode ser concedida somente após justificção prévia.

(C) A tutela de urgência de natureza antecipada, dependendo do caso, será concedida mesmo que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

(D) Durante a suspensão do processo, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido qualquer juízo.

(E) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais de tutela de urgência.

47) Sobre obrigação tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

(B) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

(C) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

(D) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal; e as pessoas expressamente designadas por lei.

(E) Sujeito passivo da obrigação principal não é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

48) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação. E, se não ocorre, aquele é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando:

(A) Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

(B) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

(C) Quando a declaração seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

(D) Quando não se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.

(E) Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

49) Com base no Código Tributário Nacional, são causas de suspensão do crédito tributário:

(A) O pagamento, a transação e a conversão de depósito em renda.

(B) A prescrição e a decadência.

(C) A moratória e as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

(D) A decisão judicial passada em julgado e a transação.

(E) A isenção e a anistia.

50) A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual deverá conter, EXCETO:

(A) As disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns.

(B) As disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges.

(C) O acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas.

(D) O estabelecimento da guarda compartilhada não é exigido, tampouco necessário a intercessão do Ministério Público, mesmo com filhos menores.

(E) O valor da contribuição para criar e educar os filhos.